

Ostermann AC, Fontana B, organizadores. *Linguagem. Gênero. Sexualidade. Clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial; 2010.

*Maria de Lourdes Borges*¹

¹ Centro Universitário La Salle

Mulheres são verborrágicas, falam mais do que os homens e/ou se valem da fofoca predominantemente em suas conversas? Conversas entre homens, geralmente, envolvem futebol e mulheres? Homossexuais e lésbicas “imitam” estilos de conversação entre mulheres e homens?

No livro “Linguagem. Gênero. Sexualidade.” essas questões são exploradas a partir de um revivescimento de artigos clássicos que mostram pesquisas focalizadas nas relações entre interação social, gênero e sexualidade no mundo. O esforço das organizadoras Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana resultou na cuidadosa tradução, para o português, de textos originais em inglês, os quais acabam por brindar os leitores de diferentes interesses acadêmicos com artigos dos mais representativos desdobramentos de pesquisas acerca dessas relações. Um desses desdobramentos pode ser a instrumentalização de profissionais de saúde que atendem mulheres vítimas de violência.

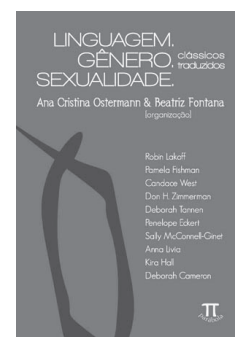
No Capítulo 1, as organizadoras apresentam um “overview” sobre o que o/a leitor/a encontrará no livro e revelam que o objetivo do livro é oportunizar uma reflexão sobre a complexidade de perspectivas historicamente desenvolvidas sobre como homens e mulheres interagem. Os temas focalizam aspectos de dominância e diferença verificados em falas de homens e mulheres, bem como algumas complexidades do gênero como algo a ser desempenhado por meio da linguagem.

No Capítulo 2, Robin Lakoff, ao escrever o texto “Linguagem e Lugar da Mulher”, inicia, em 1973, ampla agenda de pesquisas sobre os estilos conversacionais na interação entre homens e mulheres. A interessante constatação da autora é que as mulheres, inicialmente, são ensinadas a falar de maneira educada e sensível, mas, quando adultas, esse estilo servirá como uma desculpa que outros usarão para mantê-las em posição inferior. Assim, quando a mulher adulta fala de maneira amena e cuidadosa, tal constatação torna-se prova de que não pode ser levada a sério, ao passo que, se falar de maneira explícita e expuser emoção em sua fala, será considerada menos feminina, menos capaz, menos mulher ou, ainda, menos pessoa. Tal dilema é extremamente doloroso, esquizofrenizante e impregna a identidade da mulher; nega meios de expressar-se fortemente e encoraja expressões de trivialidade.

Pamela Fischman é autora do Capítulo 3, escrito em 1978: “O trabalho que as mulheres realizam nas interações”. O título faz referência ao trabalho conversacional que as mulheres realizam para ter voz e vez nas interações com seus maridos, uma vez que é nas interações cotidianas que a hierarquia se estabelece rotineiramente e assim se mantém. O poder é analisado microsociologicamente como uma realização humana que permeia as condições que subsidiam as interações, e a partir do qual são envidados esforços contínuos para garantir sua realização, cabendo à mulher aprender e aplicar habilidades conversacionais que chamem a atenção do homem. Segundo a autora, tais trabalhos ocorrem com o propósito de manutenção de gênero e de preservação da identidade feminina.

O assunto do quarto capítulo gira em torno das relações de dominância por meio do estudo das interrupções na análise de conversas entre pessoas de diferentes gêneros. Escrito por Candace West e Don H. Zimmerman, em 1987, esse é assim intitulado: “Pequenos insultos: estudo sobre interrupções em conversas entre pessoas desconhecidas e de diferentes sexos”. Cabe esclarecer que, em uma interação, cada um dos interagentes tem sua vez de falar (turno de fala) e a interrupção caracteriza a violação da vez do outro falar, pois desorganiza a construção de assuntos em desenvolvimento. O argumento das autoras é que o gênero dos falantes influencia muitas das interrupções e, como consequência, os homens recusam-se a uma posição igualitária na conversação com mulheres. Seria essa, então, uma expressão da dominância masculina que possui reflexos no controle masculino das macroinstituições refletidas nas interações diárias. Assim, o fazer por meio da linguagem impacta na própria constituição de gênero, pois a assimetria na interrupção é um meio de “fazer” poder em interações face a face, bem como de “fazer” gênero como homem e como mulher. Estudos sobre temas médico-sociais podem beneficiar-se do entendimento dos processos implícitos no falar de mulheres vítimas de violência, bem como ajudá-los no entendimento da dinâmica desses problemas sociais¹.

Formatado em uma estrutura em que os textos dialogam, o quinto capítulo trata de revelar, por sua vez, aspectos benéficos da interrupção. Esse capítulo foi escrito por Deborah Tannen, em 1990, com o título “Quem está interrompendo? Questões de dominação e controle”. A autora entende que, dependendo do estilo conversacional de cada um dos falantes, caracterizar a interrupção como um ato hostil, torna-se por demais simplista, pois interrupções podem ser falas de apoio e empatia,



dependendo do estilo conversacional de cada um dos falantes. Assim, estilos que estão acostumados com longas pausas entre os turnos costumam avaliar tal silêncio como uma sobreposição ou fala colada, como dominação ou grosseria (falantes de alta consideração), enquanto pessoas criadas em culturas diferentes o veem como tentativa de interesse e empatia que encoraja o falante a continuar (falantes de alto envolvimento).

As autoras Penelope Eckert e Sally McConnell-Ginet escreveram, em 1992, o artigo “Comunidades de práticas: lugar onde coabitam linguagem, gênero e poder”, que consubstancia o capítulo 6 do livro em exame. A crítica inicial do capítulo versa sobre o excesso de abstração e a falta de teorização dos trabalhos sobre linguagem e gênero. Como trabalhar/entender construtos tão abstratos distantes das práticas sociais? As autoras propõem a formação de uma comunidade de prática analítica que busque interdisciplinarmente o vínculo entre linguagem e gênero. Identifica-se uma comunidade de prática através dos modos de falar, de fazer as coisas, de crenças, de valores, de poder, ou seja, práticas que emergem durante a atividade conjunta em torno do empreendimento em comum. O conceito de comunidade de prática torna-se interessante quando aplicado às equipes de saúde, tanto no âmbito operacional, gerencial ou institucional, considerando-se que as próprias identidades das pessoas e das comunidades são mutáveis, assim como as formas de falar e de ser das mulheres, dos homens, dos gays ou das lésbicas, como resultado dos diversos aspectos que entram em jogo por meio de seus múltiplos membros.

O Capítulo 7 foi escrito em 1997 por Anna Livia e Kira Hall e é intitulado “É uma menina!: a volta da performatividade à linguística”. Segundo as autoras, gênero e sexualidade são categorias distintas e não coextensivas. Para as autoras, o ato de fala performativo carrega a força da autoridade de ações anteriores, ou seja, a teoria performativa de gênero leva à construção discursiva de gênero. Por essa razão, quando a parteira diz “É uma menina!”, essa elocução exige que todos os atos do ser humano que acabou de nascer estejam de acordo com as normas culturais vinculadas ao gênero feminino, reproduzindo, assim, normas regulatórias. São elocuições que agem sobre o mundo e acabam se tornando prescritivas. Desse ponto de vista, sexo, gênero, homossexualidade e lesbianismo são conceitos performativos, não constatativos ou descritivos. Portanto, pode-se entender gênero como um processo em vez de um estado.

Finalmente, o capítulo 8 “Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual” foi escrito, em 1998, por Deborah Cameron. O questionamento da autora descobre a diferença entre os discursos dos gêneros, uma vez que é o discurso que constrói a diferença, torna-a visível, e conduz à constatação de que se “faz” gênero e não se “possui” um gênero. Fazer gênero é uma tarefa diária e dinâmica ajustada a normas culturais que acabam por definir masculinidade e feminilidade. Esse é um modelo performativo, pois acredita que “as pessoas são quem são pela forma como falam”. Levando em consideração o modelo performativo questiona como as pessoas usam recursos linguísticos para produzir a diferença de gênero.

Portanto, estudar a complexidade do modo como que homens, mulheres, homossexuais e lésbicas produzem a conversação na vida diária pode contribuir para o entendimento de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, de maneira a impactar ações e decisões em saúde. Entretanto, quando se trata de sexualidade e gênero, todas as pessoas estão implicadas (nota do editor). Ocorre que essa implicação pode ser entendida para settings institucionais em que os profissionais da saúde atuam. Nessas instituições, assim como nas outras, as questões de sexualidade e de gênero permeiam constantemente o comportamento institucional. Prefere-se crer, porém, que ele ocorre sobre uma superfície de neutralidade de gênero. Se existisse tal neutralidade, não seria necessária a utilização de estratégias de dessexualização entre profissionais e destes com pacientes². Com esses fundamentos epistemológicos, o livro lança luz sobre diferentes aspectos que emergem das práticas diárias das pessoas (profissionais, pacientes, familiares, entre outros) a respeito das questões de gênero e sexualidade e, por isso, pode propiciar e produzir avanços tanto nas relações em si (aspectos micro) quanto efeitos nos resultados da saúde coletiva (aspectos macro).

Referências

1. Kiss LM, Schraiber LB. Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais. *Cien Saude Colet* 2011; 16(3):1943-1952.
2. Patti G, Christine W. *Not Just Bodies: Strategies for Desexualizing the Physical Examination of Patients*. *Gender & Society* 2000, 14(3):457-482.